

HOMOPARENTALIDADE: O QUE DIZEM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO?

André Luiz dos Santos Barbosa¹

Rejane Cristina Lages da Rocha²

¹Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, andrelsbarbosa@gmail.com

²Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, rejanelages@gmail.com

Resumo

Atualmente, o tema Homoparentalidade tem sido comentado em todos os meios, inclusive o acadêmico. Para ampliar as discussões e trazer à tona questões pertinentes ao tema, investigamos a relação entre famílias que se apresentam como compostas por casais homo afetivos e uma escola situada no Município do Rio de Janeiro. Analisamos a dinâmica Inclusão/Exclusão desta relação na perspectiva da omnilética, que considera a imbricação entre três dimensões propostas para a compreensão da vida humana: culturas, políticas e práticas. Para tanto, fizemos um levantamento teórico a respeito da reconstrução do conceito de família (e sua imbricação com questões relacionadas à sexualidade), uma investigação descritiva da Legislação vigente no Brasil sobre o tema e um estudo de campo na escola através de observação e entrevistas semiestruturadas com Pais homo afetivos, Direção, Coordenação e Professora.

Palavras-chave: Homoparentalidade, Família, Educação, Inclusão/Exclusão.

Introdução

Diante da visibilidade que as sexualidades não heteronormativas vêm ganhando nos últimos anos e da resistência a essa visibilidade que setores conservadores da sociedade brasileira têm apresentado, pensamos em verificar como a escola, um espaço social de relevância para o processo de democratização da sociedade brasileira, tem se apresentado nesse conflito.

Disputas por legitimidades têm se travado entre os setores conservadores e os movimentos sociais e alguns avanços, em termos legais, já podem ser verificados em termos legais... Mas e no cotidiano escolar? Como profissionais da educação têm se posicionado em relação à visibilidade de famílias homoparentais no espaço escolar? Essa questão se faz pertinente porque compreendemos a discriminação como um agente de exclusão escolar e a exclusão não coaduna com um processo de democratização.

Metodologia

Para ampliar as discussões e trazer à tona questões, como essa, pertinentes ao tema, investigamos a relação entre famílias que se apresentam como compostas por casais homo afetivos e uma escola situada no Município do Rio de Janeiro.

Analisamos a dinâmica Inclusão/Exclusão desta relação na perspectiva da omnilética, que considera a imbricação entre três dimensões propostas para a compreensão da vida humana:

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

culturas, políticas e práticas.

Para tanto, fizemos um levantamento teórico a respeito da reconstrução do conceito de família (e sua imbricação com questões relacionadas à sexualidade), uma investigação descritiva da Legislação vigente no Brasil sobre o tema e um estudo de campo na escola através de observação e entrevistas semiestruturadas com Pais homo afetivos, Direção, Coordenação e Professora.

Discussão

Começamos investigando conceitos ligados ao tema Gênero e Sexualidades (e os marcos identitários que se atravessam na constituição dos sujeitos).

"Compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo ser contraditórias" (LOURO,1997, p.24)

Para a autora, o gênero é um dos marcos que constitui a identidade dos sujeitos.

" Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende -se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo -o." (LOURO,1997.p.25)

O sistema binário dos gêneros (masculino – feminino) tem sido bastante discutido, por não dar conta da diversidade que constitui a nossa sociedade.

Segundo Louro (1997), dois pontos importantes a serem desconstruídos são: o caráter permanente dessa oposição binária e a assimetria das relações de poder reforçada por essa assimetria nas e pelas famílias patriarcais. "Essa lógica supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante e outro dominado e essa seria a única e permanente forma entre os dois elementos". (LOURO, 1997.p.31).

As disparidades entre os gêneros feminino e masculino têm sido construídas socialmente e culturalmente durante muitas décadas a partir do dispositivo da sexualidade. "A sexualidade se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem verdades". (LOURO,1997, p.27)

É dando materialidade à heteronormatividade, lógica que supõe que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais" (UNESCO,2009, p.91), que, através de exaustivos processos de naturalização, a família nuclear patriarcal vinha se apresentando como modelo inspirador da sociedade ocidental. "A família é percebida como a mais "natural" das instituições, o núcleo organizador a partir do qual irão estruturar-se e serão transmitidos os valores mais importantes da nossa cultura. " (ZAMBRANO,2006. p.11)

No entanto, há modificações que podemos observar ao longo da história e que são consequências de fenômenos culturais, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos trouxeram novas configurações para a família contemporânea.

Se pensarmos nas diferentes formas de expressão de uma família, observaremos que existem: a) variações temporais: a família da Grécia antiga, a da Roma antiga, a medieval; b) variações espaciais: famílias poligâmicas dos mórmons norte-americanos, família em sociedades simples como a indígena brasileira e diferentes tribos africanas; c) variações em uma mesma época e local: na nossa sociedade, as famílias recompostas, monoparentais, adotivas, homoparentais. Em decorrência disso, seria preciso ter clara a diferença que existe entre uma noção geral de família, de um lado, e suas diferentes manifestações, de outro. (ZAMBRANO, 2006, p.11)

Até 1943 o poder econômico e social da família estava nas mãos do homem, enquanto à mulher só lhe cabia as tarefas domésticas e a educação dos filhos, com a legislação brasileira de 1943, a mulher casada adquiriu o direito de trabalhar fora sem o consentimento do marido. Essa mudança na sociedade brasileira foi o estopim para todas as mudanças ocorridas posteriormente no que diz respeito ao funcionamento da casa e a modificação de papéis antes impensáveis.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, a conquista da independência econômica e o direito ao divórcio em 1977 deram origem a uma nova configuração familiar: a família monoparental, que é quando o pai ou a mãe reside com um ou mais filhos sem a presença de um cônjuge.

Para chegarmos a outro arranjo familiar, a homoparentalidade, primeiro nos apropriamos do conceito de parentalidade utilizado por Zambrano (2006):

Podemos compreender que parentalidade não é sinônimo de parentesco e filiação e pode ser exercida por pessoa sem vínculo legal ou de consanguinidade com a criança como ocorre, por exemplo, nas famílias recompostas, nas quais o cônjuge do pai ou da mãe participa cotidianamente da criação do filho. (ZAMBRANO,2006, p.13)

Embora a homossexualidade já tenha percorrido um grande trajeto em vários cenários culturais e sócio-políticos, com a legalização da União Homoafetiva no Brasil, um novo conceito vem ganhando cada vez mais visibilidade no cenário social brasileiro: a homoparentalidade.

O conceito de homoparentalidade é relativamente novo, sendo um neologismo criado pela associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas, em Paris, no ano de 1997, que se refere ao ato de um adulto que se reconhece homossexual ser ou pretender ser pai ou mãe de uma criança. (ZAMBRANO,2006)

A diferenciação dos papéis na família contemporânea, a flexibilização nas funções de gênero e a multiplicidade de formas de família cooperam para concepções mais flexíveis a respeito das estruturas familiares.

É dentro destes novos arranjos que surge a “família homoparental”, propondo um modelo alternativo, no qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo, incluindo, também, os casos da parentalidade de travestis e transexuais. Tais uniões não possuem capacidade procriativa (no sentido biológico), embora seus componentes possam tê-la individualmente. (ZAMBRANO,2006.p.14)

A Inversão ou a flexibilização de papéis de gênero dentro da família são propriedades que ajudam a pensar a dinâmica de uma família homoparental.

A composição familiar homoparental é marcada pela ausência de papéis fixos entre os membros; pela inexistência de hierarquias e pela circulação das lideranças no grupo; pela presença de múltiplas formas de composição familiar e, conseqüentemente, de formação dos laços afetivos e sociais, o que possibilita distintas referências de autoridade, tanto dentro do grupo, quanto no mundo externo. (PASSOS, 2004).

Como vimos, a constituição familiar tem sofrido muitas mudanças ao longo dos anos, logo, na sociedade atual, não podemos pensar em um modelo único de família, já que as famílias contemporâneas apresentam várias configurações.

Legislação

E a nossa legislação? Qual a importância de haver uma legislação?

Luciano Faria Filho (1998) sugere que a lei precisa ser legítima e legitimada, o que por sua vez requer não apenas uma retórica de igualdade, mas minimamente, a colocação em funcionamento no discurso legal, de uma lógica de igualdade. Segundo o autor, a lei como prática ordenadora e instituidora deve estar voltada para as relações sociais.

Faria Filho (1998) ressalta ainda como a legislação sobre a instituição pode ser útil como fonte para o estudo de algumas questões na história da Educação Brasileira, tais como a escolarização dos conhecimentos, a complexidade da ação docente e escolar e as questões relacionadas às relações de gênero.

Assim nos debruçamos sobre as leis para compreender a relação entre as famílias homoparentais e a escola em que seus filhos estudam.

Para pensarmos nessas leis, antes, nos orientamos pela Declaração dos Direitos Humanos.

Acompanhamos uma turma numa escola, entrevistando os profissionais da educação e tentando entrevistar duas famílias homoparentais que têm seus filhos matriculados e frequentando essa turma.

A Escola

A Escola X está situada em um dos bairros da Zona Norte, é uma escola do município do Rio de Janeiro que atende aproximadamente 430 crianças entre 3 e 5 anos. A Escola funciona em um prédio de três andares, tendo a escada como acesso aos andares de cima, não tendo assim nenhuma acessibilidade.

A parte Pedagógica é feita em conjunto com a coordenação e as professoras, de acordo com o Plano de Ação e ações planejadas no começo do Ano e as professoras tem bastante autonomia para trabalhar de acordo com o que acham mais conveniente para a sua turma.

As Famílias Homoparentais

A Família A é composta por duas pessoas que se declaram homens homossexuais, brasileiros, com idades de 36 e 47 anos, um trabalha na área administrativa e o outro trabalha com Tecnologia de Informática. Um com Ensino Médio completo e outro com Ensino Superior completo mantêm o relacionamento há mais de 10 anos, moram na Zona Norte do Rio de Janeiro e seu filho, hoje, com 3 anos de idade, foi adotado quando ainda era bebê.

A Família B é composta duas pessoas que se declaram mulheres homossexuais, brasileiras e mantêm uma relação homoafetiva, vivem juntas há 3 anos e possuem um filho que atualmente tem 4 anos. Esse filho é oriundo de uma experiência heterossexual de uma delas, anterior ao relacionamento.

A Família B é residente em uma comunidade localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro. A mãe biológica do menino, com idade de 24 anos, declara-se católica, com ensino médio incompleto e trabalha na área do comércio; sua companheira com idade de 30 anos, declara-se espírita, com ensino fundamental completo e trabalha na área da construção civil. As duas se recusaram a responder alegando que não queriam se expor e por não acreditarem nessas pesquisas, além terem medo do seu filho sofrer alguma discriminação por conta da sua constituição familiar.

A Escola refletindo sobre Homoparentalidade

Para provocar a reflexão sobre a relação entre famílias homoparentais e a escola, propusemos aos profissionais dessa escola (Diretora Geral, Diretora Adjunta, Professora Articuladora, Professora e Agente da Educação Infantil da turma que pudemos observar) um questionário semiestruturado, que nos permitiu coletar as seguintes falas.

Sobre o conhecer o conceito de Homoparentalidade...

A Diretora Geral respondeu que sabia sim, apesar de ser bastante novo esse tema, e que já ouviu falar muito sobre isso, inclusive em reuniões de diretores e, por isso, é a favor que se comemore o dia da família e não o dia das mães e dos pais, por causa das variadas constituições de

família existentes na escola e não só as homoparentais, como todas as outras.

A Diretora Adjunta diante da mesma questão, respondeu que imaginava que era quando dois homens ou duas mulheres assumiam um relacionamento e tinham filhos de alguma forma, ela também afirmou que apesar de ter concepções religiosas, era uma pessoa bastante tolerante e que é a favor de se comemorar o dia da família, mas acha importante comemorar também o dia das mães, ela explicou que as mães a cobram uma comemoração neste dia.

A professora Articuladora da escola respondeu que tinha uma ideia sobre o que era, mas nunca tinha parado para pensar sobre o assunto. Ela falou que não é a favor de se comemorar o dia da família porque, mesmo que a criança não tenha mãe ou pai, ela sempre terá uma pessoa que represente esse papel e que as mães esperam e cobram uma festa nesses dias.

A professora disse que não sabia e nunca tinha ouvido falar esse termo, mas que ia pesquisar. Ela disse ser a favor da festa da família já que contempla todas as crianças e suas constituições familiares.

A Agente de Educação Infantil respondeu que sabia sim e que era quando um casal homoafetivo tinha filhos e que era a favor da comemoração da festa da família por que era uma festa mais democrática.

Ao serem provocadas quanto a existência de alunos pertencentes a famílias homoafetivas na escola em que trabalha...

A Diretora Geral respondeu que oficialmente ela sabia só de dois casos, mas acha que tem mais, só que os pais nunca chegaram para falar na secretaria. Ela ainda afirma que seria mais fácil planejar ações para **incluir** essas famílias, se elas fossem identificadas.

A Diretora Adjunta também respondeu que sim, e que só tinha conhecimento de um.

A Professora Articuladora, diante da mesma pergunta, respondeu que ela imagina que sim, mas nunca nenhum pai a procurou para falar ou se apresentar como um casal gay.

A professora escreveu que na sala dela existe um aluno, oficialmente, de duas mães que conversaram com ela.

A Agente de Educação Infantil relatou que, como ela mora no entorno da escola, ela sabe de situações que não chegam "oficialmente" à escola e que ela sabe pelo menos de uns 5 casos.

Sobre presenciar alguma situação de discriminação na escola sofrida por alguma criança que pertence à família homoafetiva...

A Diretora Geral respondeu que não e que ela trabalha muito para que a escola seja a mais acolhedora possível, para todos os alunos e todas as famílias.

A Diretora Adjunta também respondeu que não, que trabalha para uma escola acolhedora e bastante democrática.

A Professora Articuladora respondeu que nunca viu nenhum tipo de discriminação nem com as crianças "especiais" nem com as crianças vindas de famílias diferentes.

A Professora também respondeu que não e que dentro sala de aula procura ser ética, mas acha difícil discutir alguns assuntos com as crianças pequenas.

Agente de Educação Infantil respondeu que sim, já viu discriminação com o aluno e relatou que sempre presencia risadas e comentários, toda vez que o aluno fala das suas duas mães, fazendo com que a criança fique constrangida e não queira falar mais.

Ao solicitarmos sugestões sobre como lidar com situações de discriminação relacionada à constituição familiar...

A Diretora Geral respondeu que a escola deve ser imparcial, tentando resolver todas as situações de conflitos da melhor maneira possível.

A Diretora Adjunta diante da mesma pergunta respondeu que acha muito difícil lidar com essas questões, mas que está sempre aberta ao diálogo.

A Professora Articuladora respondeu que a escola deve ser um lugar de aprendizado e acolhimento de todos os alunos.

A Professora disse que a escola não pode tolerar nenhum tipo de discriminação seja ele religioso, racial, social...

A Agente de Educação Infantil relatou que já levou alguns casos de discriminação à Direção e que não houve nenhum tipo de punição. Segunda ela, a Direção "passa a mão" na cabeça da professora.

A Família Homoparental refletindo sobre seu vínculo com a escola do filho

Sobre a influência que constituição familiar pode exercer na educação e na relação do filho com a escola...

A Família A respondeu que a educação que seu filho recebe é igual à que todas as crianças recebem ou deveriam receber: a questão do respeito aos outros e respeito ao direito dos outros, a questão de responsabilidade, de ética e comportamento. Que, apesar dele ser criado por dois homens, isso não influencia na sua sexualidade e nem na sua relação com as outras crianças e com o espaço escolar.

Sobre a existência de algum problema com a Direção da escola do filho por causa da constituição familiar:

A Família A respondeu que não, ressaltou que foram muito bem recebidos pela diretora e que inclusive um deles faz parte do CEC (Conselho Escola Comunidade).

Sobre já terem vivenciado alguma situação de discriminação na escola por conta da constituição familiar...

A Família A respondeu que não, que foram bem acolhidos por todos, inclusive pelos outros pais, eles relataram que todos os acolheram muito bem, acrescentando que acreditavam que tivesse havido alguma preparação para os outros pais sobre a presença deles.

Ao solicitarmos sugestões sobre como lidar com situações de discriminação relacionada à constituição familiar...

A família A sugeriu que a escola deve ser um lugar de respeito às diferenças e que sempre deve estar aberta ao diálogo, sendo um lugar em que a criança possa se sentir segura e que as pessoas que não entendem isso devem sair desse espaço.

Conclusões

Já notamos algumas mudanças em relação a certos paradigmas em torno das famílias constituídas por pessoas homoafetivas, a família homoparental começa a se fazer visível nos espaços sociais e isso faz com que as pessoas pensem e reflitam sobre sua forma de agir e pensar.

Também podemos perceber indícios de que ainda haja discriminação em relação a essas famílias na escola.

Mas não podemos deixar de reconhecer que, mesmo que ainda esteja no plano do discurso, profissionais da educação já se posicionam em favor da diversidade de constituições familiares no ambiente escolar.

Referências

ARIÉS, História social da criança e da família, Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira. Disponível em https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_226_.asp . Acesso em 15/06/2017

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A Legislação escolar como fonte para a História da Educação : uma tentativa de interpretação In FARIA FILHO, L.M. (org.) Educação, Modernidade e Civilização : fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998:89 - 125.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. A vontade de saber, tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. Psicologia clínica, Rio de Janeiro, v.17n2,2005.

UNESCO. Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> . Acesso em 15/06/2017

ZAMBRANO, E. O Direito à homoparentalidade. Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre, 2006.